

ENERGIA

SETOR ABRE DEBATE PARA  
TRANSIÇÃO JUSTA E INCLUSIVA

# ECONÔMICO Valor

ECONOMIA CIRCULAR

MODELO GANHA FORÇA  
EM TODA A CADEIA DE VALOR

SETORIAL

O U T U B R O 2 0 2 4



SUSTENTABILIDADE

WWW.VALOR.COM.BR



## CONTRA O TEMPO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS PRESSIONAM SETOR PÚBLICO, EMPRESAS E SOCIEDADE A DAR PRIORIDADE À AGENDA ESG



RECICLAGEM

LEI DE INCENTIVO

## BENEFÍCIOS PARA TODOS

EXPECTATIVA É POSITIVA COM A REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE INCENTIVO À RECICLAGEM, QUE DEVE IMPULSIONAR INVESTIMENTOS E GERAR GANHOS SOCIOAMBIENTAIS

POR LÚCIA HELENA DE CAMARGO

A Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR), aprovada pelo Congresso Nacional em 2021, poderá injetar, de acordo com previsão do governo, até R\$ 300 milhões no mercado no primeiro ano de funcionamento, por intermédio da renúncia fiscal. Chamada de lei Rouanet da reciclagem – pela semelhança com o conhecido mecanismo de captação de recursos para projetos culturais –, a Lei nº 14.260 cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecycle).

Para entrar em vigor, carece de publicação da portaria que a regulamentamente, o que é esperado para este ano ou nos primeiros meses de 2025. Pessoas físicas poderão destinar até 6% do Imposto de Renda devido; para as pessoas jurídicas o percentual será de 1%. O montante a ser de fato alcançado vai depender do interesse dos contribuintes em apoiar o setor. Não está estipulado um teto máximo para a captação de investimentos, e todos os projetos precisam ter sido aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

“A LIR traz a capacidade de impulsionar investimentos na cadeia de recuperação, tratamento e reciclagem de resíduos, fundamentalmente porque prevê que os recursos sejam dedicados à capacitação, implantação e adaptação de infraestrutura dentro das organizações e redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis”, diz o advogado Fabricio Soler. “O novo mecanismo tem potencial também para desenvolver novas tecnologias, levando ao desejado aumento nos índices de reciclagem do país [estimado em



RAFAEL NASCIMENTO/DIVULGAÇÃO



Manetti, da Pragma Soluções Ambientais, planeja tirar do papel o projeto Ecoponto, com busca ativa pelos materiais, graças à Lei de Incentivo à Reciclagem

4%]”, afirma Soler, também conselheiro do Pacto Global Organização das Nações Unidas (ONU) e sócio da Consultoria S2F Partners.

Elevar a taxa de reciclagem é o objetivo do programa Paraíba Lixão Zero – iniciativa de entidades públicas e privadas –, que desde 2022 extinguiu 39 lixões de 223 cidades do Estado. Em setembro deste ano, o grupo comemorou o fechamento do último deles. O orçamento de R\$ 128 milhões para a iniciativa veio das prefeituras.

E para avançar, o grupo movimentou-se no sentido da criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) socioambiental, que traria ao programa parte dos impostos estaduais, além de fazer planos para aproveitar a nova lei federal. “Queremos usar a lei de reciclagem, assim que for possível, para captar recursos e ampliar o trabalho, já que o próximo passo, depois de acabar com o lixão, é fomentar a

logística reversa e a economia circular”, diz José Dantas, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Paraíba (Abes-PB).

Vinicius Saraceni, idealizador do Movimento Circular, crê que a LIR entrará em vigor em poucos meses. “Teremos uma agenda importante no Brasil no próximo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30). Acredito que o próprio Ministério do Meio Ambiente tem intenção de implementar a lei para levar à conferência como exemplo de política de fomento à cadeia da reciclagem”, diz.

Especialista em modelar projetos para a captação de verbas com uso de incentivos fiscais, Vanessa Pires, fundadora e CEO da startup Brada, já começa a receber pedidos de organizações ligadas à reciclagem à procura de potenciais investidores. “Temos no país leis do mesmo tipo na área dos esportes e da cultura, então faltava uma lei para levar verba ao setor de meio ambiente”, diz. Segundo ela, sua equipe formatou 50 projetos bem-sucedidos em dois anos de atuação.

Já a Pragma Soluções Sustentáveis aposta na LIR para tirar do papel o projeto Ecoponto Recupera+Comunidade, que visa atuar desde o início da geração do resíduo, de maneira a garantir que os materiais sejam adequadamente destinados à reciclagem. O diferencial do programa, diz o CEO Dione Manetti, será a busca ativa pelos recicláveis, diretamente nas residências das pessoas, além da remuneração superior à do mercado. “O serviço será voltado a comunidades de baixa renda e com dificuldades de acesso à coleta seletiva.”

A intenção é captar R\$ 10 mi-

lhões para o projeto, que prevê a instalação de dez ecopontos em cidades da região Nordeste. Os moradores serão convidados a se cadastrar no aplicativo, por meio do qual poderão agendar a retirada dos recicláveis. Cada quilo entregue somará um ponto no programa. Ao atingir 50 pontos, será possível trocar a pontuação por dinheiro. “A ideia é garantir valor de compra maior do que o mercado, em razão da capacidade de venda em escala”, explica Manetti. O ecoponto também receberá resíduos entregues por catadores autônomos, que vão receber equipamentos de proteção individual (EPIs) e ajuda para se formalizarem. A empresa vai encaminhar os materiais às indústrias recicladoras e fará a gestão do ecoponto por 16 meses, prazo para que seja alcançada a viabilidade econômica e a equipe ganhe autonomia para caminhar pelas próprias pernas.

Entre os objetivos listados da nova lei de reciclagem está fortalecer a cadeia produtiva da reciclagem, gerando novos negócios e oportunidades de emprego, além de reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários. Com pontos de contato com essas agendas, a Rede Transforma, iniciativa do grupo de cooperativas Rede Sul, apoia 150 catadores na Grande São Paulo. Desde 2022, a rede encaminhou para a reciclagem 1,5 milhão de toneladas de materiais, pagando R\$ 2,7 milhões pela compra dos recicláveis. Os recursos são provenientes de empresas obrigadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a cumprir metas de logística reversa, apoio de governos e patrocínios. “Conseguimos criar um guarda-chuva para os catadores

autônomos. Em dois anos, dobramos a renda dos apoiados. Quando começamos, a remuneração média era de R\$ 1 mil; hoje cada catador tira no mínimo R\$ 2 mil por mês”, diz Marcos Nascimento, presidente da Rede Sul.

O número de catadores de recicláveis no Brasil é estimado em cerca de um milhão de pessoas pela Associação Nacional dos Catadores (Ancat). Eles têm uma renda média de R\$ 1.372,52, de acordo com a versão 2023 do Anuário da Reciclagem. Dentro desse universo, estima-se que 600 mil sigam sem vínculo com cooperativas. “São mais de meio milhão de seres humanos que vivem à mercê da própria sorte, precariamente, porque não são remunerados pelo trabalho ambiental que prestam à sociedade. Se conseguem vender os recicláveis, almoçam. Quando não encontram nada de valor pelo caminho, passam fome”, afirma Nascimento. “Para começar a mudar o panorama, montamos o Núcleo de Atendimento ao Catador, dentro do qual oferecemos dez bolsas de estudos no valor de R\$ 150 semanais para que o catador faça curso de alfabetização e capacitação, além de fornecermos alimentação e transporte até o local das aulas”, relata Nascimento.

Para aumentar a produção da reciclagem e os programas de apoio a catadores, a Rede Sul estima que será necessário um aporte de pelo menos R\$ 3 milhões. “Obtivemos avanços nos últimos anos, mas ainda dependemos do poder público, seja para recebermos materiais em maior volume ou investir em equipamentos. Estamos esperançosos nos recursos que podem chegar via renúncia fiscal.” ■

## PROJETOS QUE PODEM CAPTAR RECURSOS

Categorias previstas

### Capacitação

Formação e assessoria técnica para as áreas escolar, acadêmica e empresarial que fomentem atividades de reciclagem ou reúso de materiais

### Incubação

Apoio à criação e gestão de empreendimentos sociais solidários que atuem em atividades na área

### Pesquisa

Estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos

### Infraestrutura

Implantação e adaptação de estrutura física de micros e pequenas empresas, cooperativas e de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis

### Máquinas

Aquisição de equipamentos e de veículos para a coleta seletiva e beneficiamento de recicláveis

### Gestão

Apoio a redes de comercialização e de cadeias produtivas de materiais

### Capital humano

Fortalecimento da participação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem

### Tecnologias

Desenvolvimento de soluções para agregar valor ao trabalho da reciclagem

Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima